



A inserção \permanência masculina na docência da Educação Infantil

Sueli Almeida Chaves¹
Universidade Nove de Julho

Resenha:

RAMOS, Joaquim. **Gênero na Educação Infantil: relações (im)possíveis para professores homens**. Jundiaí: Paco, 2017.

“*Gênero na Educação Infantil: relações (im) possíveis para professores homens*” (2017), de autoria de Joaquim Ramos, graduado em Letras e mestrado em Educação pela PUC/Minas, estudante do doutorado latino-americano da Faculdade de Educação/UFMG e professor da rede municipal de Belo Horizonte, foi premiado na 9^o edição do concurso “Construindo a igualdade de gênero”. Conta com introdução escrita pelo Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho e é composto por três capítulos que visam apresentar os paradigmas e convergências que os “professores homens” vivenciam ao abraçar a profissão de educadores na Educação Infantil. A obra, derivada de sua atuação na área da Educação Infantil, busca descrever os conflitos enfrentados pelos profissionais do gênero masculino que ousaram romper com a hegemonia imposta pela matriz dominante de gênero².

Joaquim Ramos, que já ocupou cargos de coordenação, direção e integrante da equipe central e regional da Secretaria Municipal de Educação para o acompanhamento às instituições de educação infantil públicas e conveniadas, relata em seu livro que, mesmo antes de se tornar professor, sentiu a sensação de *estranhamento e deslocamento* por parte de algumas pessoas, por ingressar em um ambiente de trabalho majoritariamente feminino (p 27). Aguçado por suas inquietações por compreender “as muitas interrogações que envolviam a atuação de professores do sexo masculino no trabalho com crianças pequenas” (p. 27), Ramos acrescenta, “por que há um olhar ‘enviesado’ para os homens que atuam na educação infantil?” (p 27). O autor compartilha dois momentos cruciais em sua carreira que inspirou

¹ Graduada no curso de licenciatura plena em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho. *E-mail*: suelipdg@gmail.com. *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/6217544695914483>. *ORCID*: <https://orcid.org/0000-0001-5988-294X>.

² Entende-se por matriz dominante de gênero a imposição dos padrões culturais que constituem a masculinidade e feminilidade como forma única e universal de se vivenciar os modos de ser, agir e pensar do ser social. Ou seja, o binarismo e a dicotomia presente nos atributos que caracterizam e naturalizam as identidades masculina e feminina, como por ex., a preferência da atuação masculina em determinados cargos de liderança *versus* o desprestígio feminino em delegar os mesmos cargos. Ou ainda, o enaltecimento feminino nos postos de cunho assistencialistas e subalternos que excluem e rebaixam, por sua vez, a demanda masculina na ocupação destas mesmas tarefas. (CHAVES, 2014; SAFFIOTI, 1979a, 1979b, 1995, 2000; SCOTT, 1989).

sua investigação científica: em 2004, viveu o que denominou “o ápice do rechaçamento”, quando foi chamado “de *intruso, forasteiro e aventureiro* por uma profissional vinculada à Secretaria Municipal de Educação”, e, certa vez, “quando uma mãe me solicitou *encarecidamente* para não dar banho em sua filhinha, pois, na casa dela, nem o próprio marido executava tal tarefa” (p.28). Impulsionado por suas experiências e indagações na Educação Infantil, Ramos pesquisou, em um dos municípios do Brasil, os índices de homens atuantes nas creches e pré-escolas das redes públicas municipais deste mesmo município. Por razões éticas, o autor não revela nem o estado, nem as instituições de ensino por ele examinadas. De acordo com Ramos, até “o início da pesquisa, que resultou neste livro (2009), havia, num universo de 1.837 docentes, apenas 14 professores do sexo masculino atuando como educadores infantis em instituições de educação infantil” (p. 24).

Visando evidenciar os motivos do ingresso e da permanência do gênero masculino na atuação com crianças de 0 a 6 anos na rede pública de ensino e contribuindo para compreendermos as relações que estas instituições de ensino estabelecem com os mesmos profissionais investigados, o autor dialoga com fatos oriundos dos movimentos sociais e feministas, atrelados aos estudos de gênero. Os dados obtidos por sua pesquisa propõem discutir o caráter binário e dicotômico constituinte das relações de gênero. Ou seja, se, de um lado, os “professores homens” inseridos em creches e pré-escolas são vistos como “fora do lugar³”, Ramos nos convida a questionarmos o oposto: o porquê de a docência na educação infantil repelir a mão de obra masculina, enquanto privilegia o contingente feminino a designar a função de professora da Educação Infantil?

Para a concretização de seu trabalho, o autor selecionou 24 membros que compõem a comunidade escolar da rede pública municipal analisada, para fomentar entrevistas e grupos de discussão com o propósito de coletar as diversas concepções que estas\as profissionais formulam a respeito da presença masculina como educadores infantis (p. 37-38). No tocante aos professores lotados nas instituições que atendem crianças de 0 a 6 anos de idade na rede pública municipal do município escolhido, foram realizadas 12 entrevistas individuais, além de cinco entrevistas com três professores selecionados (p. 37).

Nessa primeira etapa da pesquisa, denominada por Ramos como fase “exploratória”, os debates recolhidos e analisados dos três professores foram essenciais para identificar, de maneira minuciosa e detalhada, o cotidiano dos educadores infantis proporcionando, segundo afirma Ramos, captar as aspirações apontadas por estes três profissionais. Na segunda etapa, as

³ Expressão utilizada pelo autor do respectivo livro resenhado.

entrevistas e discussões em grupo realizadas com a comunidade escolar também destacaram a narrativa das crianças sobre os educadores, quer seja, buscou-se explicitar as percepções que as crianças criam quanto às atuações dos profissionais do gênero masculino para com elas.

O livro de Joaquim Ramos possibilita aos/às pesquisadores/as e interessados/as nas questões de gênero nesse nível educativo apurar as diferentes formas de como os educadores infantis são percebidos pela comunidade escolar e pelas crianças destas instituições de ensino, além de proporcionar reflexões referentes às construções identitárias dos mesmos. Nesse sentido, o autor afirma que a referida pesquisa possibilitou “compreender, sob a perspectiva das relações de gênero, a forma como professores do sexo masculino constroem, ou não, suas identidades profissionais em instituições públicas municipais de educação infantil” (p. 29).

Posto isto, Ramos leva-nos a refletir sobre as dimensões paradoxais emergentes da presença masculina na esfera infantil, em uma dimensão educacional: a incansável investigação da sexualidade masculina. Ora posta a prova, ora vista como perversão, a sexualidade do gênero masculino, tema recorrente entre os/as entrevistados/as, foi por vezes referenciada e colocada em suspeita. Dita como ameaça, principalmente no que se refere aos cuidados íntimos realizados nas creches (como nos banhos e trocas de fraldas feitas pelos homens em meninas de 0 a 3 anos), o gênero masculino é convocado a provar sua virilidade⁴ e repudiado ao ser identificado, segundo as características que o designam como um predador sexual. Nesta perspectiva, Ramos pondera, citando a doutora em Educação Deborah Thomé Sayão (2005), a “crença disseminada de um homem sexuado, ativo, perverso e que deve ficar distante do corpo das crianças” (p. 25).

Nesse sentido, o duplo padrão que os profissionais do gênero masculino enfrentam quanto à comprovação de sua sexualidade (“homem afeminado” *versus* “viril indomável”) foram evocadas segundo demonstraram as narrativas dos/as próprios/as docentes e dos/as demais envolvidos/as na pesquisa. Por outro lado, o autor detecta que a aceitação do gênero masculino enquanto ser homoafetivo é concebido pela equipe e pelos pais e homens responsáveis pelas crianças pequenas como algo positivo. Isto é, são positivamente aceitos por não possuírem a sexualidade exacerbada, não sendo, portanto, alvos de práticas de violência sexual infantil⁵.

⁴ Ramos destaca uma das situações referentes ao duplo padrão da sexualidade masculina, segundo um dos professores entrevistado: “*só faltou uma professora desejar ficar comigo para ter provas da minha masculinidade*” e completou: “*eu não iria achar ruim, mas isso ainda não ocorreu*” (p. 151).

⁵ Essas percepções do imaginário popular aparecem, na pesquisa de Ramos, tanto nas falas masculinas como nas femininas. Ou seja, o medo que os pais/responsáveis mencionaram ter em relação à figura masculina em executar as atividades de cuidado foi também demonstrado pelas professoras (enquanto mães e profissionais).

Todavia, outra suposta aprovação destacada no livro do pesquisador educacional é proferida tanto pela comunidade escolar, quanto pelas crianças e pelos próprios educadores. A imagem positiva ou favorável em se ter na equipe pedagógica um professor do gênero masculino fica por conta da referência que estes profissionais farão em relação às crianças que não convivem rotineiramente com a figura masculina em casa. Nas palavras do autor: “Dessa maneira, a presença masculina é vista como necessária e positiva ao desenvolvimento emocional da criança” (p. 27). Esses e outros fatos emblemáticos estão inseridos ao longo da leitura da obra, como, por exemplo, as negociações das associações de gênero que ocorrem no interior das instituições infantis estudadas: as mulheres evocam os professores a fazerem uso de sua voz para impor ordem e comando entre as crianças, enquanto os professores elegem as mulheres para desempenhar os trabalhos manuais descritos por um dos professores como “coisinhas manuais” e “essas bobaginhas” (p.104).

Debatendo o imaginário popular criado em torno das questões que englobam gênero e sexualidade, Ramos detecta a unanimidade retratada na narrativa dos/as entrevistados/as quanto à indissociação entre gênero e sexualidade. Empregados pela comunidade escolar como sinônimo, gênero é atrelado à sexualidade, assim como a sexualidade é atrelada às questões de gênero.

Dito isto, no primeiro capítulo, denominado “*Em busca da gênese do modelo institucional da educação infantil*”, o autor expõe as políticas de Educação Infantil, no município pesquisado, abordando o ingresso masculino nas instituições públicas municipais que atendem creches, pré-escolas e redes conveniadas. Objetivando descrever a ocupação masculina na profissão de educador infantil, Ramos historia a luta por creches e pré-escolas no Brasil, apontando conjunturas históricas e sociais que favoreceram o ingresso do contingente feminino nas instituições de Educação Infantil em detrimento da mão de obra masculina. Para compreendermos, segundo o autor, a baixa adesão masculina na docência nessa fase, exige de nós investigarmos os mecanismos que contribuem para que a Educação Infantil seja uma área tradicionalmente reconhecida como feminina. Ramos discute ambas as questões, priorizando os desafios que os profissionais do gênero masculino enfrentam.

No capítulo segundo intitulado, “*Três homens no exercício da docência de crianças pequenas*”, são destacadas as formas de adequação dos educadores que ingressam nas redes públicas municipal de creches e pré-escolas, evidenciando as peculiaridades que esses profissionais encontram ao assumirem o cargo de educadores infantis. Para além do estágio probatório, os recém-chegados educadores precisam provar para a comunidade escolar que não representam

nenhum tipo de perigo ou de risco, principalmente em relação ao cuidado de crianças (meninas) pequenas. O “tempo gasto para que esses professores possam dar provas de suas capacidades” é caracterizado por Ramos como “estágio comprobatório”, acarretando, segundo ele, em uma “dupla exigência” imposta para a aceitação dos “professores homens” (p.123-124).

Por fim, o terceiro capítulo, com o título “*A percepção das professoras e das famílias sobre a presença de professores homens na educação infantil*”, sintetiza a forma como os professores infantis são vistos e reconhecidos por todos/as os/as membros da comunidade escolar analisada. Os julgamentos descritos pelos/as entrevistados/as e recolhidos nos debates são sustentados pelo senso comum e facilitam explicitar o modo como esses sujeitos compreendem as relações de gênero. A saber, as discussões mantidas pelos/as participantes desta pesquisa, embasadas em uma perspectiva essencialista das identidades masculina e feminina, acabam por naturalizar as desigualdades de gênero. Com isso, o autor explicita o pavor constante da comunidade escolar por permitir a frequência de um professor do gênero masculino na Educação Infantil.

O trabalho de Joaquim Ramos instiga e convida os/as profissionais e interessados/as nas relações de gênero, nessa etapa educacional, a indagar sobre os caminhos a serem percorridos para a consolidação de uma educação inclusiva, que vivencie, com respeito e reconhecimento, as diversas formas de ser, agir e pensar que constituem a multiplicidade do ser social. Afinal, como proporcionaremos, enquanto educadores/as, que as futuras gerações se encarreguem de constituir uma sociedade democrática, se a comunidade escolar não encorajar seus membros a refletirem a respeito de que parte desta violência de gênero eclode também na própria equipe pedagógica? Portanto, para que as diferenças não sejam sinônimas das igualdades, as discussões de gênero na Educação Infantil, propostas na produção do pesquisador, colaboram imensuravelmente, tanto para desmistificar a masculinidade e feminilidade como identidades fixas e imutáveis, tanto por seu compromisso em acalorar, no interior das instituições que atendem crianças de 0 a 6 anos, a ratificação da manutenção destas mesmas desigualdades.

Referências

CHAVES, S. A. A Hierarquia de gênero no fundamento teórico da disciplina de Ciências Naturais do Ensino Fundamental I. **Educação em Revista**, Marília, v. 15, n. 01, p. 73- 90, jan- jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.36311/2236-5192.2014.v15n01.4748>.

SAFFIOTI, H. I. B. **Emprego doméstico e capitalismo**. Rio de Janeiro: Avenir, 1979a.

SAFFIOTI, H. I. B. O fardo das brasileiras: de mal a pior. In: **Revista Escrita Ensaio**, Mulher Brasileira: a caminho da libertação. ano 3, n. 5, São Paulo, 1979b. p. 10-39.

Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/01/artigo-HS.pdf>.

Acesso em: 28 jan. 2013.

SAFFIOTI, H. I. B. **Violência de gênero**: poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995. p. 03-55.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero e patriarcado**. Inédito (mimeo), 2000.

SCOTT, J. W. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Tradução Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1989. Disponível em:

http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAneroJoan%20Scott.pdf. Acesso em: 15 jun. 2012.

Recebido em: 05 de junho de 2020

Aceito em: 13 de outubro de 2020
